

## A arqueologia desenterrando antigas polêmicas

FINKELSTEIN, Israel e SILBERMAN, Neil Asher, “A Bíblia não tinha razão”, São Paulo, A Girafa Editora, 2003, 515 p.

A relação entre as narrativas bíblicas e os recentes estudos históricos, arqueológicos antropológicos, estão ocupando as capas de revistas com muita frequência nos últimos anos. Como não podia deixar de ser, os títulos dos artigos nas bancas sempre são muito chamativos e polêmicos. Pouco antes de ser lançado no Brasil, o livro “A Bíblia não tinha razão” também foi motivo de uma reportagem da revista Super Interessante<sup>1</sup>, que na capa, sob a manchete maior, “Bíblia: o que é verdade e o que é lenda”, dizia que “a arqueologia investiga as provas históricas dos relatos bíblicos. E, baseada em descobertas recentes, afirma: os patriarcas Abraão e Moisés jamais existiram; o êxodo nunca aconteceu; os reis Davi e Salomão não passavam de pequenos líderes tribais”. Isso por si já fornece uma idéia do conteúdo do livro.

Já o próprio título que o livro recebeu no Brasil é como lenha nessa fogueira. Pois encontra-se nas livrarias a 24ª edição do livro chamado “E a Bíblia tinha razão”<sup>2</sup>, um *best seller* que já vendeu milhões de exemplares em todo o mundo. O título original de “A Bíblia não tinha razão”, traduzido literalmente deveria ser: “A Bíblia desenterrada: nova visão da arqueologia sobre o Antigo Israel e a origem de seus textos sagrados”<sup>3</sup>. Mesmo modificando o título dessa forma, a editora brasileira, nos dá de fato uma boa idéia do que trata a obra. Ambos baseiam-se na arqueologia, mas possuem objetivos diametralmente opostos. Enquanto no livro “E a Bíblia tinha razão”, Werner Keller, um jornalista, usa a arqueologia como prova para defender a versão dos fatos e da história apresentada na Bíblia<sup>4</sup>;

<sup>1</sup> Editora Abril, Edição 178, julho de 2002

<sup>2</sup> Werner KELLER, “E a Bíblia tinha razão”, São Paulo, Editora Melhoramentos, 2002, 24ª edição, 436 p.

<sup>3</sup> “The Bible unearthed: Archaeology’s new vision of Ancient Israel and the origin of Its Sacred Texts”, New York, The Free Press, 2001, XII + 385 p.

<sup>4</sup> Havendo inclusive afirmação de que às vezes Keller usa a arqueologia de modo fraudulento, como por exemplo, para criar a figura de Golias, defendendo a historicidade do guerreiro



Israel Finkelstein e Neil Asher Silberman, dois renomados arqueólogos, somente aceitam como histórico aquilo que pode primeiro ser comprovado pelas evidências arqueológicas.

Embora a geografia e a arqueologia da Palestina tiveram início seriamente em 1838, quando Edward Robinson, ministro congregacionista norte americano, começou a mapear e identificar os autênticos sítios bíblicos que podiam ser historicamente comprovados (p.30), foi somente por volta de 1970 que “novas tendências começaram a influenciar a conduta da arqueologia bíblica”. “Pela primeira vez, arqueólogos trabalhando em terras bíblicas deixaram de usar os achados escavados como ilustração da Bíblia; numa mudança dramática para os métodos das ciências sociais, eles procuraram examinar realidades humanas que residiriam por trás do texto.” (p.38)

Essas posições antagônicas<sup>5</sup> marcam os limites dentro da atual discussão sobre a história de Israel. De um lado estão os chamados maximalistas, que praticamente aceitam o texto bíblico como história e de outro os minimalistas, que só aceitam aquilo que é comprovado pela arqueologia moderna. A obra de Finkelstein e Silberman insere-se nesse debate.

O livro inicia-se com um prólogo e uma introdução, sendo que o corpo principal está dividido em 12 capítulos organizados em três partes, e termina com um epílogo, possuindo ainda 7 apêndices.

Uma vez que as “recentes descobertas da arqueologia”, cujos “achados revolucionaram o estudo do antigo Israel e jogaram sérias dúvidas sobre as bases históricas de muitas narrativas bíblicas, como as peregrinações dos patriarcas, o Êxodo do Egito e a conquista de Canaã, e o glorioso império de Davi e Salomão” (p.14); os autores julgaram necessário “um livro atualizado sobre o tema, para os leitores comuns.” (p.7) Como já observamos acima “a discussão sobre a confiabilidade da

---

descrito em 1Sm 17, ele combina o corpo de um filisteu esticado para cima, cujas costelas formariam a couraça, com a cabeça de um segundo filisteu, que aparece caindo, dos relevos de Medinet Habu, que mostram a cena de uma batalha naval entre egípcios e os “povos do mar”, Kurt GALLING, “Goliath und seine Rüstung”, em: *Supplements to Vetus Testamentum*, volume 15, Leiden, E. J. Brill, 1966; ironicamente esse autor afirma: “Com um truque desse, dificilmente se pode provar que a Bíblia tem razão”, p. 156.

<sup>5</sup> Muitas das escavações, assim como a obra de Keller, acima citada, eram dirigidas contra os estudos baseados nos métodos histórico-críticos, que refutavam a historicidade de muitas das narrativas bíblicas.



Bíblia” começa de novo “a atrair considerável atração fora dos círculos acadêmicos”. “O Êxodo de fato aconteceu? Houve a conquista de Canaã? Davi e Salomão governaram mesmo um vasto império? Perguntas como estas têm atraído a atenção de jornalistas e críticos em todo o mundo.” (p.7) Acreditam os autores que “a reavaliação dos achados de antigas escavações e as contínuas descobertas de outros sítios arqueológicos deixam claro que os estudiosos precisam abordar hoje, sob nova perspectiva, os problemas relacionados com as origens bíblicas e da antiga sociedade israelita.” (p.8) E, a partir disso, podem apresentar evidências para “reconstruir uma história bem diferente da antigüidade de Israel” (p.8).

Na abertura do prólogo afirmam que “o mundo no qual a Bíblia foi criada não era um reino mítico de grandes cidades e heróis santificados, mas um pequeno reino, simples, onde as pessoas lutavam por seu futuro contra os medos, compreensivelmente humanos, da guerra, da pobreza, da injustiça, das doenças, da fome e da seca. A saga histórica contida na Bíblia – do encontro de Abraão com Deus e sua jornada para Canaã, à libertação da escravidão dos filhos de Israel por Moisés, à ascensão e queda dos reinos de Israel e Judá – não foi uma revelação miraculosa, mas um inteligente produto da imaginação humana;” e já em seguida apresentam a principal tese que defenderão no livro: a concepção da Bíblia “teve início – como os recentes achados arqueológicos sugerem – durante o breve espaço de tempo de duas ou três gerações, há cerca de 2.600 anos.” (p.11)

Para os autores, a partir de métodos adotados por arqueólogos e antropólogos em outras regiões que não as terras bíblicas, “está claro que fatos como a manutenção de registros, a correspondência administrativa, as crônicas da realeza e a compilação da escritura sagrada nacional - em especial uma tão profunda e sofisticada como a Bíblia – estão relacionadas com um estágio específico de desenvolvimento social. Arqueólogos e antropólogos trabalhando no mundo inteiro estudaram cuidadosamente o contexto no qual emergem os gêneros sofisticados de escrita, e em quase todos os casos eles são o sinal de um Estado no qual o poder é centralizado em instituições nacionais, como um culto oficial ou uma monarquia. Outros traços desse estágio de desenvolvimento social incluem prédios monumentais, a especialização econômica e a presença de uma densa rede de comunidades entrelaçadas, variando em tamanho, de grandes cidades a centros regionais, a cidades de tamanho médio e aldeias.” (p.39) Durante o restante do livro retomam esse conceito várias vezes. Na p.



220 ainda explicitarão que: “Por completamente desenvolvido queremos dizer: um território governado por uma máquina burocrática, que se manifesta na estratificação social confirmada pela distribuição de itens de luxo, por grandes projetos de construção e por próspera atividade econômica, incluindo o comércio com as regiões vizinhas e um sistema de assentamento completo e desenvolvido.” Negam, porém, que o antigo Israel tenha alcançado esse estágio com Davi e Salomão na época da monarquia unificada, pois “da análise da evidência arqueológica, não existe nenhum sinal de extensa alfabetização ou de qualquer outro dos atributos de um Estado completo, formado em Judá – e , em particular, em Jerusalém – até mais de dois séculos e meio mais tarde, no final do século VIII a.C.”(p.40)

Assim Finkelstein e Silberman escrevem seu livro confiantes de que “a arqueologia proporcionou indício suficiente para sustentar nova controvérsia, de que o âmago histórico do Pentateuco e da história deuteronomista foi substancialmente formado no século VII a.C. E então direcionam o “foco para Judá, no final do século VIII e no século VII a.C., quando esse processo literário começou de verdade, e discutiremos que muito do Pentateuco é criação literária do final do período monárquico, defendendo a ideologia e as necessidades do reino de Judá e, como tal, intimamente relacionado à história deuteronomista. E nos alinharemos com os estudiosos que argumentam que a história deuteronomista foi compilada, em sua parte principal, na época do rei Josias, com a intenção de prover validação ideológica para ambições políticas específicas e reformas religiosas.” (p.29)

Tendo apresentado essa perspectiva no prólogo e na introdução, coerentemente vão procurar demonstrá-la nos doze capítulos do livro, onde buscarão reconstruir a história do Antigo Israel “com base na evidência arqueológica, única fonte de informação para o período que não foi corrigida, editada ou censurada, de forma extensa, por muitas gerações de escribas bíblicos.”(p.41)

A primeira parte do livro, “A Bíblia como história?”, é composta de cinco capítulos: I. Em busca dos patriarcas (p.45-73); II. O Êxodo aconteceu? (p.74-105); III. A conquista de Canaã (106-138); IV. Quem eram os israelitas? (p.139-173); e, V. Memórias de uma era de ouro? (p.174-203).

A segunda parte, “Ascensão e queda do antigo Israel”, é constituída de três capítulos: VI. Um Estado, uma nação, um povo? (207-233); VII.



Primeiro reino esquecido de Israel: 884-842 a.C. (234-268); VIII. Na sombra do império: 842-720 a.C. (269-307).

A terceira parte do livro denomina-se “Judá e a criação da história Bíblica” e compõe-se de quatro capítulos: IX. Transformações de Judá: 930-705 a.C. (311-338); X. Entre a guerra e a sobrevivência: 705-639 a.C. (339-369); XI. Uma grande reforma: 639-586 a.C.; e XII. Exílio e retorno: 586-440 a.C.

Além disso o livro ainda apresenta 7 apêndices: A – Teorias da historicidade da era dos patriarcas (p.427-435); B – Em busca do Sinai (p.436-438); C – Teorias alternativas da conquista Israelita (p.439-452); D – Por que a arqueologia tradicional do período de Davi e Salomão está errada (p.453-458); E – Identificando a era de Manassés no registro arqueológico (p.459-460); F – Quão vasto era o reino de Josias? (p.461-469); e G – Fronteiras da província de Yehud (p.470-471). E há ainda uma bibliografia selecionada das principais obras em língua inglesa, complementada com umas poucas obras em alemão e francês, quando estas constituírem as únicas referências sobre temas relevantes (p.473-500). Por último há um “índice geral” de nomes, lugares e eventos a eles relacionados que ocupa as últimas 15 páginas do trabalho (p.501-515).

O conjunto da obra é coerente e muito interessante. De acordo com o tema proposto, o livro fornece conjunto vasto de informações recolhidas de pesquisas arqueológicas e geralmente só acessível em publicações especializadas. São informações muito ricas que sem dúvida muito ajudam a compreender o dia-a-dia do povo que nos legou a Bíblia<sup>6</sup>. Ajudam mesmo a entender a própria formação da Bíblia.

Aqui porém, apesar do tom às vezes bombástico de algumas de suas afirmações, que os colocariam na linha dos chamados “minimalistas bíblicos”<sup>7</sup>, na verdade Finkelstein e Silberman, ao longo de seu trabalho,

<sup>6</sup> Neste mesmo sentido também está traduzida para o português a obra de Amihai MAZAR, *Arqueologia na terra da Bíblia. 10.000 – 568 a.C.*, São Paulo, Editora Paulinas, 2003 (original em inglês de 1990), 560 p.

<sup>7</sup> Assim são chamados um grupo de pesquisadores que só aceitam das informações bíblicas o que tem suporte em evidências arqueológicas contemporâneas aos eventos abordados. O oposto deles são os “maximalistas” que defendem que aquilo que não pode ser provado como falso deve ser aceito como histórico. Dentre os mais destacados minimalistas podemos citar: Thomas L. THOMPSON, *Early history of the Israelite people from the written and archaeological sources*, Leiden, Brill, 2ª edição, 1994, 489 p.; Niels Peter LEMCHE, *The israelites in history and tradition*, (Library of Ancient Israel), Louisville, Westminster John Knox Press, 1998, 246 p.; e Philip R. DAVIES, “In search of ‘ancient



matizam essas afirmações com outras que não os afastam muito das proposições trazidas à luz pela leitura da Bíblia com o instrumental histórico-crítico e sociológico. Assim, ainda na introdução escrevem: “mesmo que pareça que o texto bíblico tenha sido compilado e registrado muito tempo depois dos eventos que descreve, ele deve ter-se baseado num corpo substancial de memórias, preservadas de forma pontual.” (p. 29). Ou ainda “naturalmente nenhum arqueólogo pode negar que a Bíblia contém lendas, personagens e fragmentos de história que remetem a épocas bem antigas.” (p.40) Sobre os patriarcas: “na arte da narrativa bíblica os filhos de Abraão, Isaac e Jacó foram de fato reunidos numa única família. Foi o poder da lenda que os uniu, de forma muito mais convincente e infinita do que as efêmeras aventuras de poucos indivíduos históricos pastoreando carneiros nas colinas de Canaã, jamais teriam conseguido.”(p.73)

Algo semelhante dizem sobre o êxodo: “a narrativa do Êxodo alcançou sua forma final [...] na segunda metade do século VII e primeira metade do século VI a.C. [...] Lendas de tempos remotos e menos formalizadas podem ter sido habilmente entrelaçadas na saga poderosa que usava paisagens e monumentos familiares” (p.101), processo no qual “as antigas tradições de tantas fontes diferentes foram reunidas habilmente num único épico arrebatador, que favorecia os objetivos políticos de Josias.” E concluem essa parte reafirmando que a Bíblia é fruto na verdade de um grande processo de releituras<sup>8</sup>, é como o Êxodo, “poderosa expressão da memória e da esperança” (p.105) Fixá-la em um só tempo é trair o seu significado mais profundo”, uma vez que é fruto de “uma experiência ininterrupta de resistência pública contra todos os poderes que existiam ou que pudessem existir.”(p.105)

A discussão sobre a relação entre as narrativas bíblicas e a história de Israel é uma discussão fundamental, principalmente para a leitura latinoamericana da Bíblia. Muito importante é a história da surgimento

---

Israel”, em: *Journal for the Study of the Old Testament*, (Supplement series, 148), Sheffield, Sheffield Academic Press, 1995, 2a edição, 166 p. Para maiores detalhes pode-se consultar Airton's Biblical Page em <http://www.airtonjo.com/minimalistas.htm> E também seu artigo em Jacir de Freitas FARIAS (org.), *História de Israel e as pesquisas mais recentes*, Petrópolis, Editora Vozes, 2003, p. 43-87.

<sup>8</sup> Como já demonstrava Frei Carlos MESTERS, em: *Por trás das palavras*, Petrópolis, Editora Vozes, 1974, 257 p.



do povo de Israel e do Êxodo, momento no qual acontece a experiência fundante do Deus que ouve o grito dos oprimidos e que desce para libertá-los. Igualmente a experiência do tribalismo e da formação da monarquia. Temos lido a Bíblia como parte desse processo histórico e a história tem sido a porta de entrada mais usada, tanto para podermos vislumbrar a vida do povo por trás dos textos, como também para procurar pontos de acesso à discussão da nossa história atual, estabelecendo pontes entre a vida do povo da época bíblica com a vida do povo que hoje vive em nossas comunidades. Esta discussão sem dúvida galga um novo patamar de qualidade com a publicação d essa obra, principalmente possibilitando que entrem no debate pessoas que têm dificuldades para acessar a obras estrangeiras.

Penso mesmo que a transposição rígida da necessidade de uma determinada sociedade ter alcançado o estágio de “desenvolvimento completo” para então produzir materiais escritos não leva em consideração aspectos idiossincráticos de Israel. Creio que nenhum dos outros povos analisados, para o estabelecimento dessa relação entre escrita e desenvolvimento, foi governado, como é o caso de Jerusalém-Judá, por uma única dinastia, quase que ininterruptamente por quase 400 anos<sup>9</sup>. Essa dinastia, a família de Davi, ainda exerceu esse poder aliada a um importante grupo sócio-econômico e político, que era o “povo da terra”, e à outra dinastia ainda mais forte e duradoura, que foi a dinastia do sacerdote Sadoc. Sadoc, provavelmente era um sacerdote jebuseu da Jerusalém pré-davídica. Inicialmente, durante o reinado de Davi, ele dividiu o sacerdócio com o levita Abiatar (2Sm 8,17; 20,25) mas, na sucessão de Davi, Abiatar apoiou o partido dos representantes de Hebron, Adonias e Joab, que foi derrotado pelo partido de Jerusalém, Salomão, Betsabéia, Natã e Banaías. Vitorioso, Salomão ordenou a morte de Adonias e Joás e a expulsão de Abiatar para o vilarejo de Anatot (1Rs 1 e 2). Os sadocitas ficaram no poder em Jerusalém desde a época de Davi até o governo de Antíoco Epífanes, que nomeou Jason (175-172 a.C.), o último sumo-sacerdote sadocita.

<sup>9</sup> Desde Davi (†970) até a destruição de Jerusalém em 586 a.C. A única exceção foram os 6 anos do reinado de Atalia, filha de Amri e viúva do rei Ocozias 841-835 a.C. e como dizem FINKELSTEIN e SILBERMAN, “não existe séria razão para duvidar da confiabilidade da lista bíblica dos reis da casa de Davi, que governaram em Jerusalém durante os séculos seguintes a Davi e Salomão.” (p.313)



A vitória de Salomão representou a tomada (ou retomada?) da corte de Jerusalém pelos elementos de tradição urbana, estatal, cananéia. Jerusalém, antes de ser ocupada por Davi era uma das últimas cidades-Estado cananéias, encravada no território de Israel. Jerusalém já era mencionada nos textos de execração da 12ª e da 13ª dinastias do Egito, no início do II milênio a.C. Dentre as cartas de Tel el-Amarna, correspondências administrativas trocadas entre cidades-Estado e os egípcios, ainda no século XIV a.C., encontram-se cartas enviadas de Jerusalém. Chama a atenção também o fato de nas cortes de Davi (2Sm 8,17; 20,25) e de Salomão (1Rs 4,3) haver a presença de escribas (*soferim*). Portanto, penso que não é pelo fato de não terem sido encontrados muitos resquícios materiais das construções antigas em Jerusalém, que se pode descartar assim tão prontamente a possibilidade da elaboração de textos escritos, ainda na corte Davídico-Salomônica, que posteriormente foram sendo relidos e integrados em outros textos maiores, fornecendo assim a base para, nas épocas de Ezequias e, principalmente, Josias, formarem parte substancial do Pentateuco e da História Deuteronomista. No estudo da história de Davi e Golias (1Sm 17,1-18,5) também foi possível comprovar isso<sup>10</sup>.

O debate no entanto é um debate ainda em aberto. Até mesmo a interpretação dos achados arqueológicos não é unívoca. Basta comparar as conclusões de Finkelstein e Silberman, com as conclusões de Amihai Mazar, na obra acima citada, que analisando os mesmos achados encontra explicações diferentes, quando não contrárias. Como dizem os autores, que julguem os leitores, qual a reconstrução histórica que se adapta melhor aos indícios arqueológicos disponíveis (p.8).

Durante a leitura pudemos observar alguns erros (talvez de digitação) como na p.17 onde se lê que o “aramaico” se tornou “a língua usual do Oriente Médio depois de 6000 a.C.”, quando o correto é depois de 600 a.C. Existem também alguns problemas de tradução (*software* de tradução automática?) e outros que parecem advir do desconhecimento do assunto abordado no livro por parte do tradutor, e também pequenas

<sup>10</sup> Luiz José DIETRICH, A história da história de Davi e Golias- O processo e a função social da imagem de Davi como Pastor que fala em nome de YHWH Zebaot, em 1 Samuel 17,1-18,5, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, 2002, 282 p.



desatenções da revisão. Por exemplo na p.87, sobre o arquivo encontrado em Tell el-Amarna, é dito que contava com aproximadamente “quatrocentas letras (!)”, o certo seria aproximadamente quatrocentas “cartas” ou “tabuletas”, como está corretamente traduzido nas p.111 e 320 e em outras citações ao longo da obra. Na p. 151 refere-se a uma “terra arqueológica desconhecida”, querendo provavelmente dizer que determinada região era “uma terra arqueologicamente desconhecida”, isto é não pesquisada pela arqueologia. Aliás o uso desse adjetivo atrapalhou várias vezes o tradutor (automático?), pois também na p. 170 a tradução apresenta “dando continuidade à prática arqueológica documentada mais antiga do povo de Israel”, referindo-se ao ato de não comer carne de porco, quando o que quer dizer na verdade é que fazendo isso ainda hoje, os judeus estão “dando continuidade à mais antiga prática arqueologicamente documentada do povo de Israel”. O mesmo na p. 256, onde se fala de uma “arqueologia amride” querendo falar sobre a arqueologia de sítios relacionados à dinastia de Amri, e não de uma arqueologia realizada pelos amridas, que em todo o livro são mencionados com o estranho “amrides” ou “amride”. Estranho é também o uso do masculino para referir-se à Shephelah (p.331 e etc.), uma cadeia de colinas de pedra calcária aos pés da cadeia de montanhas de Judá. Na p. 336 lê-se: “no mundo antigo, como hoje, a esfera da religião jamais poderia ter sido separada das esferas da economia, da política e da cultura”, criticando a ênfase estritamente religiosa de algumas pesquisas sobre a luta entre facções em Jerusalém. Possivelmente quis dizer “no mundo antigo a esfera da religião jamais podia ser separada das esferas da economia, da política e da cultura, como é hoje.” Há também, na p. 350, entre as armas dos assírios que cercavam Judá um anacrônico e estranho “bate-estacas”, e na p. 354 é uma “bateria de bate-estacas” (!), penso que isto deve estar traduzindo a expressão *battering-ram*, ou outra semelhante, mas de qualquer modo a arma a que se refere o texto original é muito provavelmente o aríete, usados para destruir as portas e muralhas das cidades atacadas. À p. 374 temos provavelmente uma confusão entre as palavras inglesas *defied* (desafiou) e a palavra *defiled* (profanou). E ele “profanou o Tofet” [...] “E o rei profanou os lugares elevados” (como está na p.375) ao invés de “desafiou” como consta. E na p. 385 encontramos a expressão “nomes *yahwistic*” que poderia ser traduzida como “nomes javistas” pois refere-se a nomes com o elemento teofórico *Yah*. Na página 368, no lugar da expressão equivocada “filhos da terra”,



referindo-se aos protagonistas de 2Rs 21,24, deveria constar “o povo da terra”, conceito importante para entender a reforma de Josias e a dinastia davídica. Igualmente nas p.371 e 373 dever-se-ia buscar um qualificativo melhor e não tão anacrônico como “puritanas” para adjetivar as “hostes” que acompanharam Josias em sua reforma.

*Endereço do Recensor:*

luizdietrich@ig.com.br

---

\* Luiz Dietrich é Doutor em Ciências da Religião, Assessor do CEBI e professor no ITESC.